



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

MT  
304 (815.1)  
P769

POLÍTICA DE BEM-ESTAR NO ESTADO DE  
MINAS GERAIS

Um balanço Político-Institucional

F.J.P. - BIBLIOTECA



\*60002595\*

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA





FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

POLÍTICA DE BEM-ESTAR NO  
ESTADO DE MINAS GERAIS:  
UM BALANÇO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

RELATÓRIO DA 1<sup>a</sup> ETAPA: BALANÇO DOS INDICADORES SOCIAIS EM  
1960 e 1980 DO ESTADO DE MINAS GERAIS



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

**DIRETOR:**

Geraldo Magella Moreira Duarte

Ricardo Pinheiro Penna

**COORDENADOR TÉCNICO:**

Antonio Augusto Pereira Prates

**EQUIPE TÉCNICA:**

- Comportamento Demográfico, Renda e Emprego

. Alzira Lydia Nunes Coelho

. Maria Bernadete Araújo

. Stephen David Scheibe

- Educação

. Ana Maria Resende Pinto

. Anamaria Vaz de Assis Libânio

- Saúde

José Maria Borges

- Saneamento

. Cláudio Moreira

- Habitação

. Flavio Saliba



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

## APRESENTAÇÃO

As últimas duas décadas do processo de desenvolvimento brasileiro constituem um período estratégico para a compreensão do quadro político-econômico em que se encontra a sociedade brasileira atual.

A extensa literatura econômica, social e política sobre este período aponta consideráveis transformações estruturais e políticas por que passou a sociedade durante estas últimas décadas. Ao lado do impulso industrial, intensificação e modernização da estrutura produtiva, o fenômeno urbanização e a afluência de novos setores da classe média nos centros urbanos, geraram uma imagem, no início dos anos 70, de um país com padrões de vida típicos de uma sociedade de consumo no estilo norte-americano e de algumas regiões européias desenvolvidas.

Nos meados dos anos 70, a crise do petróleo e o quadro de recessão da economia mundial vieram contudo minando, pouco a pouco, os pilares do sonho brasileiro sustentado nos estímulos do "milagre", até atingirmos o momento atual, onde se delineia, claramente, as fraquezas e inconsistências da nossa economia que afloram de forma contundente com a depressão mundial.

Já no final dos anos 70 tornava-se altamente visível os efeitos perversos especialmente no plano social, concentração de renda, ausência de canais de vocalização política e padrões artificiais de consumo, que acompanharam o período de crescimento econômico guiado pelo modelo político autoritário. Entretanto, não há como negar as mudanças das feições estruturais da sociedade brasileira dos anos 60 para cá. O momento atual é estrategicamente propício com um balanço sócio-político destas mudanças. Afinal, melhoraram ou pioraram as condições de qualidade de vida da nossa população? qual o nível de cidadania alcançado pelas populações situadas na base da pirâmide social? que respostas, traduzidas em políticas públicas, foram dadas pelo Es



tado? São estas as questões substantivas que importam e que ainda constituem um desafio para as instituições de pesquisa social que procuram desempenhar um papel relevante no atual contexto político brasileiro.

O estudo que ora se apresenta inscreve-se dentro desta preocupação. A unidade de análise é o Estado de Minas. A estratégia metodológica do projeto é, por um lado, tentar articular, a nível do Estado, a mudanças estruturais ocorridas, com as respostas governamentais traduzidas em políticas públicas, e, por outro, tentar levantar novas alternativas, consistente com a mudança ocorrida no quadro político brasileiro e, especialmente, no nosso Estado, que venham de encontro aos objetivos político - sociais do Governo de Minas.

Para tal, o estudo se desmembra em duas etapas: a primeira procura, através de dados agregados, identificar as transformações entre 60 e 80 ocorridas no âmbito dos indicadores de qualidade de vida da população - migração, renda emprego, educação, saúde, habitação e saneamento - a segunda etapa, ainda por realizar, pretende através de uma análise político institucional de órgãos e políticas sociais geradas no último quadriênio do Governo, avaliar até que ponto as mudanças estruturais ocorridas serviram como parâmetros das mudanças institucionais.

Embora distintas, estas duas etapas da pesquisa estão intimamente relacionadas. A análise dos indicadores sociais se justifica, dentro do projeto, como quadro de referência para os estudos político institucionais. A sua apresentação pura e simples, não permite inferências, com o mínimo de segurança possível, que possibilitem orientações, ainda que gerais, sobre posições que possam se traduzir em políticas públicas. Portanto, para que não se perca um alto investimento, já realizado, em coleta e tratamento dessa informação torna-se necessário a realização da segunda etapa do projeto.

O relatório a seguir constitui o produto da primeira



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

etapa do projeto. A composição deste relatório acompanha a seguinte ordem: Introdução - uma apresentação sintética geral das principais conclusões do estudo - o primeiro capítulo sobre comportamento demográfico, renda e emprego; o segundo sobre educação; o terceiro sobre saúde; o quarto sobre habitação e o último sobre saneamento.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

## INTRODUÇÃO

Com o intuito de articular um painel de fundo que possibilite uma primeira avaliação da questão fundamental da 1ª parte deste projeto - se melhoraram ou pioraram as condições de bem-estar da população entre as duas décadas passadas - tentar-se-á elaborar um quadro geral sintético das informações contidas no relatório. Obviamente, a base empírica das afirmações feitas nessa secção acha-se explicitada no capítulo correspondente.

O fenômeno da urbanização no Estado acompanha nestas décadas o padrão brasileiro: ou seja, verifica-se uma transformação qualitativa do perfil demográfico, no decorrer deste período. Em 70 a população urbana do Estado supera a população rural em 5 por cento, tomando como base a população total, e em 80 essa taxa atinge 34 por cento: 8 986 266 contra 4 404 539 de população rural. Como seria de se esperar, o crescimento da população urbana no Estado não seguiu padrões homogêneos nas suas regiões. Embora, observou-se um incremento do grau de urbanização em todas regiões, as regiões VI, VII e VIII - Noroeste, Jequitinhonha e Rio Doce, respectivamente - ainda possuem mais de 50 por cento de sua população vivendo em áreas rurais em 1980, enquanto a região I - Metalúrgica - apresenta uma taxa de 87,5 por cento de urbanização.

Quando se comparar taxas anuais de crescimento da população urbana e rural entre 60/70 e 70/80 por região, observa-se que desde de 60 a maioria das regiões perderam em termos absolutos, população rural, sendo que no Rio Doce (VIII) essa perda em 80 chega a atingir também a população urbana.

Ao se observar as taxas de crescimento vegetativo no Estado constata-se que, embora tenham decrescido, entre as duas décadas, para todo o Estado, tanto na população urbana quanto rural, no último caso a diminuição da taxa é maior do que a população urbana. As taxas brutas de natalidade decresce



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

ram na década 70/80 para todas regiões do Estado e de forma mais acentuada para aquelas regiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento da população urbana: Metalúrgica e Noroeste (I e VI). As taxas brutas de mortalidade seguiram na década este mesmo padrão sendo que o decréscimo mais significativo ficou nas regiões de Jequitinhonha (VII) e Noroeste (VI).

Ao analisar-se o saldo líquido migratório do Estado , constata-se que Minas Gerais é tipicamente expulstor da população, embora essa tendência tenha sido menos acentuada na última década. Com respeito às regiões do Estado, apenas a região Metalúrgica (I) apresentou saldo migratório líquido positivo para as duas décadas, e somente na região do Triângulo e Alto Paranaíba (IV) revertiu-se a tendência de negativa para positiva, entre as duas décadas. Contudo, o saldo migratório urbano foi positivo para todas regiões, entre as duas décadas, com excessão do Rio Doce (VIII) que apresentou um saldo migratório urbano negativo.

O perfil demográfico do Estado explicitou no final da década de 70 um quadro geral que indica transformações estruturais significativas no que tange ao processo de urbanização do Estado. Obviamente, essas transformações provocaram e foram provocadas por mudanças expressivas nos outros indicadores de estrutura social: emprego-renda, educação, saúde e habitação.

Tentar-se-á a seguir, relacionar alguns aspectos em cada um destas dimensões no sentido de se montar um arcabouço indicativo da direção das mudanças ocorridas.

O primeiro fato que chama atenção, com respeito a estutura do emprego no Estado, é a mudança da distribuição setorial da PEA. Em 70 o setor primário absorvia percentualmente a maior parcela da PEA no Estado e em todas regiões de planeja-mento. Em 80, a parcela maior da PEA encontra-se no terciário em todas regiões do Estado, com excessão da região do Noroeste (VI). Entretanto, o fato mais significativo dessa mudança de distribuição setorial da PEA está em que para todas as regiões



do Estado, a PEA do secundário praticamente dobrou em números absolutos. Ao observar-se as taxas de participação da PEA total, agrícola e não-agrícola nas regiões do Estado, constatou-se, a grosso modo (ver análise neste relatório), que as oportunidades de emprego no setor secundário e terciário aumentaram em relação ao ritmo do crescimento da população urbana, entre 70 e 80.

O mercado de trabalho se expandiu proporcionalmente mais para a força de trabalho feminino do que para a masculina. A taxa de crescimento anual da PEA feminina é maior do que a masculina entre 70 e 80 para todas regiões do Estado. Embora, como mostra a análise do relatório, uma série de fatores exógenos poderiam explicar parcialmente a queda da taxa de participação masculina na PEA, o crescimento da participação feminina não poderia ser atribuído à apenas estes fatores; de fato, tem-se aumentado as ofertas de emprego para a mulher 70 e 80 no Estado.

A mobilidade vertical da população com respeito à renda aumentou entre 70 e 80. Na faixa do sub-emprego - rendimento até 1 salário mínimo - cerca de setecentos mil pessoas deixaram esta condição entre 70 e 80. Essa redução do sub-emprego no Estado vale tanto para o setor agrícola, quanto não-agrícola.

Com base na projeção para 80 da distribuição de rendimentos da PEA em 70, aproximadamente um milhão e quarente mil pessoas deixaram a condição de sub-empregados - diferença entre a estimativa com base em 70 e os dados das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 - significando uma proporção de 34,16% de pessoas que experimentaram essa mobilidade positiva no setor não-agrícola e 31,94% no setor agrícola. Perto de um milhão e cem mil pessoas experimentaram mobilidade vertical positiva na faixa de 1,01 a mais de 2 salários mínimos na PEA não-agrícola e aproximadamente quinhentas e quatorze mil pessoas passaram por este processo na PEA agrícola.

Contudo, essa análise comparativa não deve obscure-



cer a realidade da PEA no Estado, cuja faixa de sub-emprego atinge perto de um milhão e novecentas mil pessoas, o que equivale a uma proporção em torno de 40% da PEA do Estado.

Entre 70 e 80 há também uma visível melhoria na distribuição da renda média domiciliar mensal no Estado. Esta passou de 2,10 salários mínimos em 1970 para 4,27 salários mínimos em 80. O incremento da renda média domiciliar mensal ocorre em todas regiões do Estado, diminuindo, inclusive, as disparidades regionais: enquanto em 70 os dois extremos variavam de 3,21 salários mínimos na Região Central (I) a 1,00 salário mínimo na Região do Jequitinhonha (VII), em 80 estes valores extremos passam para 4,84 salários mínimos e 3,43 salários mínimos, respectivamente. Este fato não significa entretanto que Minas Gerais não tenha seguido o padrão geral do país, com respeito a concentração de renda, pelos setores mais privilegiados da população, ou mesmo que não tenha ocorrido concentração regional de produção no Estado. No primeiro caso, a perda de participação do salário mínimo no PIB per capita, passando de 23,4% em 60 para 11,8% em 70 e 3,5% em 80, é muito significativo uma vez que a maior parte da PEA situa-se na faixa entre 1 e 3 salários mínimos. Com respeito à concentração regional da produção no Estado - Tomando-se o valor agregado fiscal (VAF) como indicador - fica patente a posição concentradora da Região Central (I) durante a década de 70. Sua participação no VAF total do Estado varia de 49,6% em 71 para 51,6% em 79, enquanto a Região do Jequitinhonha (VII) contribui, por exemplo, como apenas 1,2% e 0,9 respectivamente.

Ao lado da Região Central, as regiões Sul, Triângulo, e Alto Paranaíba e Noroeste aumentaram sua participação em detrimento das outras regiões. Contudo, quando se observa as taxas anuais de crescimento das regiões, nota-se uma tendência para a desconcentração: pelo menos as regiões do Triângulo/Alto Paranaíba e Noroeste (IV e VI respectivamente) apresentaram taxas superiores as da Região Central para o período de 71 a 79; e entre os anos de 75/79 mais duas regiões - Alto do São Francisco (V)



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Rio Doce (VIII) - apresentaram juntamente com aquelas, duas, taxas de crescimento superior à Região Central.

Como mostra o quadro geral das mudanças entre as décadas 60/70 e 70/80 dos indicadores estruturais das condições de vida da população mineira, é inegável que as transformações ocorridas foram no sentido de melhoria geral. Entretanto, tais mudanças não parecem ter sido significativas ao ponto de gerar um impacto da mesma amplitude sobre o acesso à benefícios coletivos gerados pelas políticas públicas sob a rubrica de políticas sociais estrito senso: Educação, Saúde, Saneamento e Habitação.

Como se sabe, o papel da política social é o de minimizar os efeitos perversos da desigualdade gerada no âmbito do mercado através da redistribuição de benefícios considerados socialmente básicos - direitos da cidadania - e cujo acesso não seria universalmente garantido caso prevalecesse a lógica de mercado. O desempenho deste papel pela política social no contexto histórico de qualquer sociedade, confronta, no mínimo, dois tipos de obstáculos: o da escassez e o da lógica política das prioridades governamentais. Embora, a escassez seja significativa por si só, em termos absolutos, é sua dimensão relativa que importa no confronto do jogo de interesses entre os atores sociais. Neste caso é a lógica política de alocação de recursos governamentais que prevalece. Assim, tomando-se a dimensão absoluta da escassez como parâmetro dado, o volume de investimentos em programas sociais reflete critérios eminentemente políticos numa dada estrutura de poder.

É na direção desta proposição geral sobre a lógica das políticas sociais que deverão ser compreendidas as informações tratadas a seguir.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

O quadro geral dos indicadores estruturais delineado anteriormente, mostrando aspectos de melhora, em termos absolutos e relativos, das condições de vida, para a população que sobrevive de salários no Estado, revela, também, uma tendência de maior concentração de renda e, portanto, um padrão mais desigual de participação nos benefícios gerados no âmbito do mercado. Este contexto é, portanto, propício para o eficiente desempenho do papel política social, sugerido acima. A questão fundamental é, no momento, saber se as políticas sociais implementadas no período desempenharam e, em que grau, seu papel institucional.

Comparado com o Brasil, a expansão das oportunidades educacionais no Estado cresceu em ritmo mais acelerado, para a faixa etária entre 7 a 14 anos, durante o período de 60/80. O mesmo não se observou para a faixa etária entre 15 e 19 anos; embora, tenha ocorrido um aumento muito expressivo das chances de acesso educacional nesta faixa, no Estado - um crescimento em torno de quase 8 vezes - no Brasil este crescimento chegou a atingir uma cifra dez vezes maior àquela de 1960.

Chama atenção o fato de que para a faixa etária entre 7 e 14 anos o grande surto de expansão educacional foi entre 60/70, em torno de 19%, contra 2,6% entre 70 e 80, o mesmo se observou no caso do país.

Com relação à distribuição de chances educacionais por sexo, verifica-se uma tendência, mais acentuada na última década, de um aumento relativamente maior de chances educacionais para mulher; especialmente na faixa etária entre 15 e 19 anos.

Quando se observa a posição relativa de Minas dentro da Região Sudeste do país - Minas, Espírito Santo, Rio, São Paulo - obtém-se uma imagem mais qualificada da evolução das oportunidades educacionais no Estado. Dentro de sua Região, Minas apresenta índices educacionais sempre inferiores aos demais



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

estados, chegando, inclusive, a apresentar em 80 um índice de atendimento, para a faixa etária entre 7 e 14 anos, inferior a a quele existente nos demais estados em 1970.

Tomando-se o mínimo requerido, social e legalmente, de instrução para um indivíduo atingir o patamar inferior de ci dadania - a alfabetização - a performance do Estado é preocupante. Embora, os dados relativos mostrem um avanço considerável nas duas décadas - passando de um índice de alfabetização em torno de 54.000 em 60 para 73.000 em 80; em termos absolutos - que constitui a informação relevante no tocante a uma condição mínima de cidadania - chegou-se em 1980 com um total de dois milhões oitocentos e noventa mil analfabetos, perto de 27% da população total do Estado, e superou o valor absolutos de população entre 7 e 14 anos. Note-se que durante todo período de 60 e 80 o total absoluto de analfabetos não sofreram qualquer diminuição significativa.

Aparentemente a situação torna-se menos dramática quando constata-se que no decorrer destas duas décadas a escolaridade média para a população acima de 10 anos - que em termos ideais deveria ser de 4 anos de escolaridade - passa de 2,1 em 1960 para 2,7 em 1970 e para 3,6 anos em 1980 atingindo, portanto, quase o patamar ideal de 4 anos. Contudo, quando se relaciona essa informação com dados de acesso por classe social, vê-se que a situação não é tão satisfatória. Essa última informação su gere uma correlação quase-linear entre renda e acesso educacional, mostrando, por exemplo, que apenas 17.1 da população entre 11 e 14 anos, situada na faixa de 1 a 3 salários mínimos, consegue a cesso ao máximo de oportunidades educacionais; enquanto esta taxa é de 25.2 para a faixa de 4 a 6 salários mínimos, 37.5 para a faixa de 7 a 10 e de 67.7 para a faixa de mais de 10 salários mínimos. E, portanto, plenamente plausível inferir daí que a taxa média de escolaridade, de 3,6 anos em 1960, para a população mi neira acima de 10 anos, seja pouco representativa tanto para as populações de baixa renda, quanto para a população melh or situada na pirâmide social. Essa hipótese adquire maior visibil idade interpretativa ao observar-se a perda total do sistema e



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

educacional na faixa de 7 a 14 anos. Uma análise de corte mostra que apenas 10% do total da população escolar da 1ª série chega à 8ª série. De, aproximadamente, 500.000 alunos matriculados na 1ª série, apenas, em torno de 50.000 terminam a 8ª série.

Embora, sem o rigor metodológico requerido para afirmações mais contundentes, estas informações sugerem que de forma semelhante ao fator renda, descrito anteriormente, a melhora relativa da extensão das oportunidades educacionais em Minas não chegou a afetar o padrão de desigualdade estrutural refletido, pelos índices diferenciais, por classe, de acesso à educação.

Em termos de diferenças inter-regionais, o perfil não é muito distinto do quadro geral do Estado. A escolaridade cresceu em todas regiões, com taxas acima do crescimento populacional, diminuíram-se as disparidades inter-regionais, mas o déficit de escolaridade aumentou, entre 70 e 80, exatamente para as duas únicas regiões - Metalúrgica e Triângulo/Alto Paranaíba - que apresentaram saldo migratório líquido positivo na década. Este fato sugere, que parcela significativa do aumento das taxas de escolaridade nas regiões expulsoras de população resultou simplesmente do processo migratório. O caso da Região VII - Rio Doce - ilustra este ponto: sendo a região que mais perdeu população na década é onde o déficit de escolaridade diminuiu mais significativamente passando de cerca de 850 mil pessoas para aproximadamente 504 mil.

Em termos do total do Estado o déficit de escolaridade ainda atinge uma cifra assustadora, em torno de três milhões oitocentos e cinquenta mil, contra quatro milhões duzentos e setenta mil em 1970.



A saúde, ainda de forma mais radical do que a educação, constitui um bem individual mínimo de cidadania, para não dizer de sobrevivência. Como tal, este indicador é mais sensível, do que educação, para registrar mudanças na qualidade de vida da população.

O quadro evolutivo de saúde no Estado entre 60 e 70 é o mais contrastante com o perfil de melhoria sugerido pelas mudanças dos indicadores estruturais nas décadas de 60 e 70. A começar pelo índice de mortalidade geral, observa-se que entre 66 e 75 não houve qualquer mudança significativa no período, permanecendo em 75 o mesmo de 66 - 12,2% mortes/ 1 000 hab. - situando-se pelo menos 3,2 pontos percentuais acima do mínimo aceitável pelos critérios de O.P.S. A mortalidade infantil apresentou uma ligeira queda, entre 60 e 80, para o total do Estado, passando em 60 de uma taxa de 100,23 para 58,30 em 80. O mesmo não se observou para a Região Metropolitana e Belo Horizonte, cujas taxas permaneceram, praticamente, estáveis durante as duas décadas. Este dado adquire maior significado ao constatar-se que o grupo de doenças com maior peso de causa de morte são redutíveis por programas especiais e pelo saneamento básico, ou seja, dependem, quase exclusivamente, das prioridades e eficiência de políticas sociais.

Com respeito a este ponto, o estudo obteve informações capazes de melhor qualificá-lo. Agregando os grupos de causa da mortalidade geral por três tipos de programas sociais a que seriam redutíveis - saneamento básico, imunização e programas especiais - constata-se, que as políticas sociais de saúde no Estado obtiveram níveis distintos de êxito. Enquanto as doenças redutíveis por saneamento e imunização apresentaram uma tendência de queda como causa de óbitos entre 60 e 80, no Estado, a Região Metropolitana e Belo Horizonte, mostrando uma eficiência



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

relativa, destes programas, mais acentuada no caso da imunização; aquelas redutíveis por programas especiais, mostraram uma tendência no sentido contrário. Nos anos 60 as mortes devido às doenças redutíveis por este tipo de política representavam 2,73% do total de óbitos no Estado, tendo passado a 24,96% em 1980. A mesma tendência observou-se para a Região Metropolitana e Belo Horizonte.

Finalmente, chama atenção o fato da coexistência no Estado de dois padrões opostos de morbidade. O primeiro típico de regiões pobres "sub-desenvolvidas" - doenças infecciosas e parasitárias - tenderam a aumentar na década de 70 ao lado do crescimento significativo das doenças típicas - induzidas pelo stress - de um padrão de morbidade característico de regiões desenvolvidas. Essa informação reflete a situação crítica em que se encontra a política social no Estado: ao mesmo tempo em que ainda não se conseguiu um controle eficiente das doenças características de condições precárias de sobrevivência, confronta-se com a necessidade de se criar e implementar programas típicos de regiões desenvolvidas.

Os indicadores de saneamento - serviços de água e esgoto - mostraram uma melhoria relativa entre as duas décadas no Estado. Isto não quer dizer, entretanto, que o volume absoluto do déficit de atendimento também não tenha crescido. O perfil geral destes serviços, ainda é muito insatisfatório. Perto de dois milhões e cem mil domicílios no Estado não contam com rede de água e aproximadamente dois milhões e quinhentos mil não dispõem de rede de esgoto.

Entretanto, este perfil é um tanto quanto enganoso porque reflete o universo de domicílios no Estado, rural e urbano. Como se sabe, estes serviços são característicos da área urbana. Neste caso, o déficit do serviço de água cai para aproximadamente um milhão e trezentos mil. Observa-se, também, uma tendência ao longo destas décadas de diminuição tanto das disparida



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

des regionais, quanto daquelas geradas por grau de urbanização - municípios agregados por tamanho de população até 5 000 habitantes de 5 000 a 20 000 habitantes, de 20 000 a 40 000 habitantes e mais de 50 000 habitantes.

A alta performance relativa destes serviços no Estado ao longo das décadas consideradas não é suficiente, contudo , para indicar a sua eficiência redistributiva. Como no caso da Educação, é provável, como também sugere os indicadores de saúde, que a apropriação diferencial, por renda, deste serviços tenha ocorrido. Isto quer dizer que, embora a sua oferta tenha crescido, em termos relativos e absolutos, durante as décadas, o acesso da população a eles seguiu, provavelmente, padrões visíveis de desigualdade se comparado entre classes de renda. Um segundo problema com respeito ao perfil deste indicador é que os serviços disponíveis não se adequam à regiões rurais e o estudo mostra que, até o momento, não há qualquer programa institucional expressivo dirigido para estas áreas.

Com respeito à habitação as informações são as mais precárias do estudo. Não foi possível obter dados comparativos entre as décadas e não se dispõe de informações sobre a qualidade das moradias.

Ainda assim, considerando apenas dois indicadores disponíveis de condições de moradia da população, o quadro para 1980 não parece satisfatório. Aproximadamente, 51% dos domicílios no Estado situam-se na faixa de aluguel até 1/2 salário mínimo e em torno de 77% da população, que mora em domicílios alugados, está na faixa de aluguel de até um salário mínimo. Obviamente, estas moradias devem ser de péssima qualidade. Um segundo indicador de qualidade de moradia interessante, é o número de pessoas por dormitório. Em Minas em 45% dos domicílios de 1 dormitório abrigam três ou mais pessoas e em torno de 25% de domicílios de 2 dormitórios abrigam 6 ou mais pessoas. Treze por cento do total de domicílios no Estado são de 1 dormitório



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

com 5 pessoas ou mais, e de 2 dormitórios com 7 pessoas ou mais. Considera-se congestionado um domicílio que abriga 3 ou mais pessoas por dormitório. A informação acima, portanto, refere-se, com certeza, à moradia de favela, ainda assim, nas piores condições.

Em síntese, este é o quadro ainda que bastante imperfeito, dos indicadores estruturais e sociais do Estado de Minas entre as décadas de 60/70 e 70/80.

Em termos gerais, o balanço destas informações não é, obviamente, suficiente para inferências confiáveis sobre melhorias da qualidade de vida da população mineira. Para tal, um trabalho de muito maior folêgo seria necessário e, mesmo assim, com sérias restrições no tocante à confiabilidade das fontes e dos dados.

Contudo, como sugerimos anteriormente, as informações tratadas no relatório possibilitam, sem pretensões de exatidão, sugerir uma conclusão geral: parece inegável uma melhoria relativa das condições estruturais de sobrevivências entre as décadas consideradas. Essa melhoria, entretanto, foi diferencialmente distribuída por classes de renda. Os setores da população situados na base da pirâmide social parecem ter tido alguns ganhos redistributivos vindos, não dos setores melhor localizados na pirâmide, mas dos setores localizados imediatamente acima; ou seja, ainda situados na faixa dos estratos de baixa-renda.

No caso dos indicadores sociais é ainda mais visível, apesar da expansão dos benefícios entre as duas décadas, a situação dramática de considerável parcela da população mineira sobrevivendo abaixo dos níveis mínimos requeridos de cidadania. Estes indicadores refletem, de maneira mais aproximada, a orientação do sistema político brasileiro quanto à sua eficiência na produção e implementação de políticas redistribu



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

tivas. Ao que tudo indica, embora tenha ocorrido nestas duas décadas um período de significativo crescimento do produto - o momento do Milagre - os níveis de bem estar da população de baixa renda não melhoraram suficientemente ao ponto de possibilitar-lhes o acesso coletivo a direitos básicos de cidadania.